

World Trade Center no discurso da mídia: a (des)construção identitária islâmica e norte-americana em Veja e Caros Amigos

(World Trade Center in the media discourse: the islamic and north-american identity
(des)construction in *Veja* and *Caros Amigos*)

Rosemeire de Jesus Ferrarezi Becari¹, Silvane de Freitas²

¹Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS – Três Lagoas/MS

²Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UFMS – UEMS – Paranaíba/MS

rosemeireferrarezi@hotmail.com, silvaneafreitas@hotmail.com

Abstract: This article examines the discourses of print media (*Veja* and *Caros Amigos*) and the socially excluded (the Islamic) in order to problematize the “discursivizações” on the construction of the identities of the contemporary subject, from different discursive formations, in the midst of relations power. Thus, the discursive event of the World Trade Center narrated by news media writing is the starting point of the research of this article. Interest us the production of social meanings of media discourses, representations associated with social models or gender identity revealed in report, noting how different senses are brought by the media about the discursive event of the World Trade Center, which occurred in September 11, 2001, in the United States of America (USA). This is a survey of multidisciplinary nature, anchored in Foucault archeogenealogical method.

Keywords: media discourse; ideology; islamic; north-american; silencing

Resumo: Este artigo procura examinar os discursos da mídia impressa (*Veja e Caros Amigos*) e do excluído socialmente (o islâmico), no intuito de problematizar as discursivizações sobre a construção das identidades do sujeito contemporâneo, a partir de diferentes formações discursivas, no bojo das relações de poder. Dessa maneira, o acontecimento discursivo do *World Trade Center* narrado pela mídia jornalística escrita é o ponto inicial das investigações deste artigo. Interessam-nos as produções sociais de sentidos dos discursos midiáticos, associadas às representações sociais ou aos modelos identitários revelados no gênero reportagem, observando como os diferentes sentidos são instaurados pela mídia sobre o acontecimento discursivo do *World Trade Center*, ocorrido no dia 11 de setembro em 2001, nos Estados Unidos da América (EUA). Trata-se de uma pesquisa de cunho multidisciplinar, ancorada no método arqueogenealógico foucaultiano.

Palavras-chave: discurso midiático; ideologia; islâmico; norte-americano; silenciamento

Introdução

É possível supor que qualquer que seja o suporte midiático, este tem o poder de destruir identidades ou construí-las, como veremos ao analisarmos o suporte revista. Tomemos como exemplo o pensamento ocidental que nos legou o consumismo exacerbado, consequência da globalização e da potencialização do sistema capitalista, estreitamente relacionados ao desenvolvimento das políticas destinadas ao consumo e ao acúmulo de bens. A partir desse pensamento, tornou-se difícil separar o conteúdo das mídias e das mercadorias, porque ambos estão incorporados em um só produto (JAMESON, 2001 [1997], p. 284), podendo-se dizer que grande parte desse discurso neoliberalista

advindo da globalização e do desenvolvimento acelerado do capitalismo promoveu uma relação de vassalagem entre países considerados potencializados, como os EUA e países periféricos.

Nesse sentido, se nos perguntássemos: *Caros amigos* é amiga ou inimiga? Essa é uma pergunta um tanto pertinente e, ao mesmo tempo, arriscada para nós, pois entendemos que a mídia é uma reprodutora das atividades ligadas aos sistemas de produção capitalista e assume uma postura pedagógica, legitimada pela instituição escola, estando, pois, ideologicamente respaldada nos “princípios” ou aparelhos do Estado. Assim, qualquer revista ou veículo de comunicação pode assumir uma posição de “amiga” ou de “inimiga”, a depender do “lado” em que “joga” nessa manipulação do poder, uma vez que há a espetacularização da política, da história e da língua pela mídia, visando à manutenção da individualização dos sujeitos, por meio de técnicas de subjetivação (governamentalidade¹).

Pensando o jogo discursivo que *Veja* [RV1] e *Caros Amigos* [RCA1] criaram após o atentado do *World Trade Center* (WTC), observamos que essas revistas instauram-se na disputa pelo poder, nesse mercado capitalista, como verificamos em –“*Revista Veja*, edição de 26 de setembro de 2001, páginas 60 e 61, citadas pela *Revista Caros Amigos*, p. 27”-. Quando o enunciador da *Veja* retoma o dizer de *Caros Amigos* publicado sobre o mesmo acontecimento, a primeira entra em disputa de poder com esta última, na tentativa de atrair o leitor, de sobressair-se nas vendas dos exemplares sobre o fato, como se o discurso de uma não fosse verdadeiro, cabendo somente a uma dizer a verdade. Ao reproduzir a página, a *Caros Amigos* desconstrói, de forma irônica, o discurso de sua “oponente”. Ao usar esse artifício, traz para a cena enunciativa as duas vozes e, na própria cena, contesta ou replica o dizer da *Veja*.

Isso nos leva a entender que cada uma das revistas articula seus dizeres a partir do dizer da outra, muitas vezes como um contradiscurso, tal como Foucault (2004 [1979]) preconiza: onde há poder há resistência. Assim, cada revista constitui sua identidade negando a identidade da outra, ou seja, ilusoriamente acredita que o outro (entendemos aqui a outra revista enquanto sujeito enunciador) não a constitui. Uma vez que somos perpassados pelos dizeres do outro, só existe o eu porque existe o ele.

As revistas assumem o papel de porta-vozes da verdade, pois ocupam um lugar de destaque e, ao enunciarem sobre o acontecimento do *World Trade Center*, são levadas pela ilusão da evidência de que, ao informarem ou ao exporem seus pontos de vista, estariam cumprindo seu dever social em relação à falha do Estado (este que não tem mais relação com o dever inquestionável mantido pela religião) (SOUSA, 2008). Portanto, as revistas, por serem periódicas, imprimem seus olhares por meio de uma interpretação, de ideologias. Como observamos em RV1, “Só se pode imaginar [...] o planeta está agora obcecado pela segurança”. O enunciador de *Veja* imprime sua ideologia, sua subjetividade, ao usar o advérbio “só”, o verbo “imaginar” e o adjetivo “obcecado”, marcando,

1 Recorremos à Governamentalidade de Foucault, Microfísica do poder, que a partir dos textos do “anti-Maquível de La Perrière, Foucault (2004 [1979], p. 287-293) caracterizou a “arte de governar”, como sendo exercer o poder sobre as coisas e não sobre o território e seus habitantes. “Coisas” seriam, portanto, a relação dos homens com suas riquezas, territórios, costumes, hábitos, recursos, etc. Governar seria, então, “governar as coisas”. Dessa maneira, Foucault questiona o que é ser um soberano, sua forma de governo e define-a como “para ser um bom soberano, é preciso que tenha uma finalidade: ‘o bem comum e a salvação de todos’”. O bem comum para Foucault está associado à maneira correta de dispor as coisas.

assim, o que pensa sobre o acontecimento. Como se observa em RCA1: “Hoje, vivemos sob a ditadura dos veículos de comunicação”, o sujeito enunciador também marca sua subjetividade ao usar do verbo na primeira pessoa do plural e emitir juízo de valor sobre os outros meios de comunicação, tentando isentar de culpa o suporte para o qual trabalha.

Observamos que a mídia, na condição de autorizada para dizer o que está na ordem do discurso e daquela que sabe o que diz – como se ninguém mais além dela tivesse presenciado o acontecimento –, mesmo não retratando o acontecimento no aqui-agora, mas sim na ordem do já dito, do que já foi, imprime um efeito de real no imaginário dos sujeitos leitores.

Portanto, faz-se necessário “mapear” ou compreender esses discursos já ditos que se projetam no imaginário do sujeito jornalista, que são mantidos por uma ideologia e estão “arquivados” na memória discursiva, no dizível, tanto do jornalista quanto dos leitores, pois se supõe que a ideologia do sujeito jornalista movimentava relações de poder para com seu público-leitor. Passemos ao arcabouço teórico que sustentará nossa análise.

Concepções de linguagem e discurso: a prática discursiva

A análise do discurso (AD) passou a estudar a língua funcionando para a produção de sentidos, ou seja, analisar unidades que estão além da frase, do texto; como este significa, porque há uma materialidade simbólica própria e significativa, carregada por uma semântica que é concebida na discursividade. Nesse sentido, a AD surge do entremeio da linguística, do marxismo e da psicanálise e busca mostrar que a relação linguagem, pensamento e mundo não é unívoca e nem é direta, mas estão imbricados um no outro e cada qual possui uma especificidade. A língua passa a ser compreendida pela AD não só como estrutura, mas no discurso (como acontecimento), pois o sujeito é afetado pela história (os fatos reclamam sentidos).

Nessa perspectiva, os estudos do discurso deslocam a noção de homem para a de sujeito, entendendo como sujeito de linguagem, descentrado, por ser este afetado tanto pelo real da língua quanto pelo real da história. “As palavras já chegam para nós carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram, e que, no entanto, significam em nós e para nós” (ORLANDI, 2005, p. 20).

Dessa ótica, entendemos que a linguagem, é o lugar de conflito ideológico, de modo que as condições de produção dos discursos emitidos pelo sujeito não podem ser dissociadas, pois a palavra não é monológica, mas plurivalente; e o dialogismo passa a ser uma condição constitutiva do sentido. A linguagem é parte integrante do homem (BAKHTIN, 1992). O homem não é completo sem a sua comunicação.

Para o pensador russo, a linguagem é um processo linguístico que só existe porque a língua constitui-se em um processo de criação contínua que se realiza pela interação verbal social dos locutores. A intersubjetividade antecede à subjetividade, pois a linguagem vai além de sua dimensão comunicativa. O sujeito modifica seu discurso de acordo com intervenções reais ou imaginadas dos outros discursos.

A linguagem constitui o sujeito heterogêneo, que se marca por meio de um duplo deslocamento. Um sujeito que ancora a consciência na palavra: “a consciência de si é sempre verbal”, pois a consciência individual é um fato social e ideológico.

(BAKHTIN, 2004, p. 183), e outro que ancora o sujeito na comunidade: “[...] o eu só pode se realizar no discurso, apoiando-se em nós” (BAKHTIN, 1992, p. 68). “Só me torno consciente de mim mesmo, revelando-me para o outro, através do outro e com a ajuda do outro” (BAKHTIN, 1992, p. 51). A linguagem acompanha o homem na história, na cultura e no social, tornando-se “um suporte híbrido, um dispositivo de luta, reivindicação e solicitação de direitos, ou de ameaças diretas e indiretas” (GUERRA, 2008, p. 37). Desse modo, a língua, no seu aspecto social, é o elemento indispensável para a comunicação e a interação dos indivíduos dentro de seu grupo. Deduz-se que a língua não existe em si, nem por si só, não pode ser definida simples e unicamente como um código de sinais.

Diante do exposto, segundo Foucault (2004 [1979]), todo discurso é visto como um lugar no qual o sujeito falante constitui-se via vários outros discursos que dialogam entre si, estabelecendo relações de poder, pois o poder não é um elemento material que se obtém. Ele ocorre nas relações entre indivíduos ou instituições. Os discursos são os micro-poderes que se estabelecem entre subjetividades nas relações de comunicação, na produção dos gêneros. Todo discurso é uma forma de exercer o poder por ser um meio de nos comunicarmos. Assim, esse poder é determinado em campos sociais, nas instituições organizacionais da sociedade, tal como no campo da mídia, que exerce seu poder por meio dos discursos que veicula.

Para a AD, o discurso não deve ser estudado desvinculado de suas condições de produção (CP). Nessa perspectiva, Orlandi (2001, p. 16) afirma que é necessário estabelecer uma ligação entre a linguagem, a história e a ideologia, ou seja, relacionar a língua com sua exterioridade. Assim, emerge a necessidade de estudar as CP do discurso norte-americano em contraponto com as do islâmico, divulgados pelas mídias escritas (*Veja Caros Amigos*), em relação ao dia 11 de setembro de 2001.

Nessa ótica, as condições de produção do discurso não podem ser compreendidas, especificamente, como sendo a situação empírica e a representação no imaginário histórico social do discurso que está em jogo (CARDOSO, 2003, p. 39). Por isso, o discurso marca de modo implícito a posição do sujeito, regulando e perpassando-o por meio do local de produção do discurso e pela formação discursiva no qual se inscreve. As condições de produção do discurso são “ao mesmo tempo controlada[s], selecionada[s], organizada[s] e redistribuída[s] por certo número de procedimentos que têm por função conjurar poderes e perigo, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2005, p. 9). Nesse prisma, deparamo-nos com o conceito de interdição como algo que regulariza o que pode e que deve ser dito em relação às condições de produção.

Já, no que concerne ao discurso, Foucault (1999 [1972], p. 147) postula que o discurso deve ser entendido como o conjunto de enunciados que derivam de uma mesma formação discursiva. Desse modo, as condições de produção de discurso não podem ser compreendidas, especificamente, como sendo a situação empírica e a representação no imaginário histórico social do discurso que está em jogo (CARDOSO, 2003, p. 39). Por isso, o discurso marca de modo implícito a posição do sujeito, regulando e perpassando-o por meio do local de produção do discurso e pela formação discursiva no qual se inscreve. Nesse sentido, que o discurso enquanto saber marca poder, pois “o poder mostra alternância entre uma positividade e uma negatividade que lhe é atribuída, mantendo a idéia de

prosperidade e exercício de um único soberano, ou de uma minoria sobre uma maioria” (GREGOLIN, 1998, p. 118).

Para Foucault (2006, p. 14), “as relações de poder são intrincadas em outro tipo de relação – de produção, de alianças, de família, de sexualidade – em que desempenham um papel ao mesmo tempo condicionante e condicionado”. Assim, o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz, pois há uma relação de forças, sustentadas no poder dos diferentes lugares que o sujeito ocupa, como por exemplo, o jornalista fala a partir de um lugar em que suas palavras têm certa autoridade, por expressar “verdades absolutas”.

Ainda nessa perspectiva, entenderemos a representação social, recorrendo à teoria de Pêcheux (1990, p. 82) ao postular que “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que destinador e destinatário se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”. Nesse prisma, não existe uma identidade plena, pois o sujeito é fragmentado, não possui uma identidade fixa, essencial ou permanente, mas sim instâncias diferentes, assumem identidades diferentes, não sendo mais unificadas em torno de um “eu” coerente. Podemos dizer que as identidades são construídas social e culturalmente e existem diversas identidades dentro de nós, sendo todas contraditórias e em constante deslocamento (BHABHA, 1998). Em suma, os sujeitos constroem as representações da realidade de acordo com o lugar que enuncia, com as experiências vivenciadas e sua ideologia.

A mídia utiliza-se de sua fonte de poder, ao tentar firmar o seu compromisso de retratar a realidade e levá-la ao conhecimento do público, tal como assevera Charaudeau (2006, p.63): “o discurso informativo não tem uma relação estreita somente com o imaginário do saber, mas igualmente com o imaginário do poder”. Informar é possuir um saber que o outro ignora, ter a aptidão (poder de dizer) para transmiti-lo a esse outro, e ser legitimado nessa atividade de transmissão.

De acordo com o autor, a mídia exerce seu poder, sua influência sobre o público, utilizando-se do seu discurso de informação, pois ela não possui autoridade, não está capacitada para isso, como acontece, por exemplo, no poder legislativo ou no poder judiciário (ambos têm a competência para fazer cumprir palavras ou decisões). O que corrobora a afirmativa de Charaudeau (2006, p. 124), “o respeito das mídias, o poder de que se pode falar é o de uma influência através do fazer saber, do fazer pensar e do fazer sentir. Visar a tal autoridade seria um desvio do contrato de informação”. Assim, a mídia escrita não precisa assegurar coincidência entre o tempo do acontecimento (surgimento), da produção da informação (redação) e de sua divulgação. Nesse aspecto, observamos que *Veja* e *Caros Amigos*, utilizando-se dessa estratégia, retomam o acontecimento de 11 de setembro, dias e meses depois do atentado às Torres Gêmeas, por meio dos gêneros discursivos, numa forma de convencer que o que está escrito ali é realmente “verdade”, “foi assim que aconteceu”, para dar legitimidade ao seu discurso.

Para Charaudeau (2006), as condições de produção do discurso ligadas às estratégias colocadas em funcionamento pelas mídias, de modo consciente ou não, constituirão a identidade das instâncias midiáticas. Essas instâncias midiáticas se constroem na instância de produção do discurso midiático, pois há vários “atores” envolvidos no processo

de comunicação (na estruturação de um jornal impresso ou de uma revista), que farão parte da equipe de direção do jornal ou da revista, os diagramadores, os colunistas, os chargistas, o departamento comercial, entre outros; além desses, há o jornalista, que assumirá diversos papéis nesse processo de produção: de repórter, de editor, de produtor, de editor chefe, de repórter fotográfico. Todos serão responsáveis pela construção de “uma enunciação aparentemente unitária e homogênea do discurso midiático” e de “uma co-enunciação que por ser assumida por esses atores, representa a ideologia do organismo de informação” (CHARAUDEAU, 2006, p.73).

O atentado do *World Trade Center* 2001 sob a ótica de *Veja* e *Caros Amigos*

Iniciando nossa análise, apresentamos o recorte que foi retirado da reportagem da revista *Caros Amigos* (RCA1), p. 20, de outubro de 2001:

RCA1: Hoje, vivemos sob a ditadura dos veículos de comunicação, cuja representante maior é a empresa norte-americana CNN. É, sem dúvida, a maior empresa de *press release* do mundo. Ela mais do que ninguém, é a imagem do Big Brother de Orwell. Se os americanos derrubam um avião civil egípcio, assassinando mais de trezentos passageiros, vale uma nota de duas linhas. Quando aviões americanos destroem uma indústria farmacêutica no Sudão, ou atacam a população civil do Iraque durante o mês sagrado do Ramadã, os *press releases* inundam o mundo com o inexplicável. Se assassinam com bombas a filha de 5 anos de Kadhafi, mencionam-se falhas no ataque “cirúrgico”. Quem mais, a não ser um governo arrogante, apoiado por uma imprensa títere, a falar em ataques “cirúrgicos” tentando equiparar assassinos a uma das profissões mais nobres como a dos médicos? É muito mais do que uma questão de semântica. É a cultura do *dead or alive*. [...] Bush e seus assessores entendem que só há uma maneira de recuperar a economia dos Estados Unidos e manter o poder sobre o mundo. Realizar a nona cruzada. Por isso, a paz não lhes interessa, caso contrário, não manteriam no poder um terrorista e criminoso como Sharon, o Ariel que lava mais branco. (CAROS AMIGOS, 2001, p. 20, grifos nossos)

Neste fragmento, RCA1 remete-nos ao discurso político-religioso, a acontecimentos anteriores, às formações discursivas, pois, para Bush e seus assessores, a única forma de conduzir uma negociação, ou uma estratégia, seria a de efetuar mais uma “cruzada” (expedição militar-religiosa), no caso, a de número “nove” (nona) contra os “infiéis”, os “bárbaros” – os islâmicos – para garantir o poder que os EUA exercem sobre os outros países, mesmo que isso acabe com a paz mundial. Nesse sentido, a representação que o jornalista de *Caros Amigos* faz do norte-americano em RCA1 é de um político extremamente capitalista, egoísta e tirano, que de democrata não possui nenhuma característica.

Tal efeito de sentido pode ser constatado em RCA1: “a paz não lhes interessa, caso contrário, não manteriam no poder um terrorista e criminoso como Sharon, o Ariel que lava mais branco”. Ao apontar Sharon, um dos integrantes do governo Bush, como um “criminoso” e “terrorista”, temos uma comparação irônica, por anáfora indireta, que recategoriza metaforicamente o anúncio publicitário “O Ariel, sabão em pó que lava mais branco, é capaz de eliminar toda a sujeira”. Assim, ao comparar Sharon com o sabão Ariel, analisamos que, Sharon, experiente em terrorismo e criminalidade, não é capaz de eliminar/derrotar toda a sujeira que contamina os EUA, que é o seu povo.

Notoriamente, por meio da memória discursiva, o sujeito-enunciador resgata o passado “negativo” de Sharon²: é um deles, mas atacou civis e soldados palestinos, no conhecido episódio do [massacre de Qibya](#), no outono de 1953, quando cerca de 60 civis palestinos foram mortos num ataque na Cisjordânia; participou da [Guerra do Líbano](#) na década de 1980 e liderou as forças militares na [Guerra do Yom Kippur](#). Esses discursos foram apagados ao longo dos tempos – esquecimento que Pêcheux (1988) chamou de ilusão discursiva de autenticidade –, porém, ao evocá-los, o sujeito-enunciador coloca norte-americanos no mesmo nível de Sharon (capaz de matar inocentes para manter a sua honra, tal como os terroristas, criminosos, fizeram ao WTC) e reforça que, no sistema capitalista, a ideologia dominante é a ideologia dos burgueses, no caso a dos EUA. Portanto, ao recorrer à memória discursiva em RCA1, pressupondo que Sharon tenha sido um “terrorista” e que está aliado aos norte-americanos, o jornalista da revista *Caros Amigos* tenta mostrar como os americanos são capazes de “qualquer coisa” para manter seu poder. Aqui, ao contrário da *Veja*, eles não são vítimas; são tão terroristas quanto o outro a quem condenam.

Ainda em RCA1, o jornalista, para se referir aos EUA e, especificamente, a Bush, cria uma representação negativa, tentando colocar a imagem dele numa posição de inferioridade diante dos acontecimentos, como podemos observar nos efeitos de sentido imbricados nos adjetivos “arrogante”, “títere” e “cirúrgicos”. O sujeito-enunciador mobiliza esses vários termos-adjetivos para (des)qualificar os substantivos “governo”, “imprensa” e “ataques”. Dessa forma, o sujeito de RCA1 tenta colocar em ascensão os islâmicos, estabelecer uma imagem positiva destes e negativa dos EUA, chamando os americanos de assassinos.

O sujeito de RCA1 cria uma imagem de Bush de governante arrogante, tirano, e alia essa imagem à da imprensa, que, para ele, também exerce sua tirania, ditadura, pois, por possuir saber-poder, manipula opiniões a favor de um governo ditatorial, que não mede esforços para alcançar seus objetivos políticos. Imprensa que fala dos ataques terroristas como cirúrgicos, coloca-os num patamar nobre, no da medicina, igualando assassinos a médicos. Toda uma nação parece possuir apenas uma cultura, a do “viver ou morrer” (*alive or dead*), uma única identidade, negando assim o hibridismo cultural dos povos. Para o sujeito-enunciador, não é possível simplesmente afirmar que foi uma questão de “semântica”, da palavra usada no lugar errado; há um deslocamento de um termo da medicina para os discursos midiáticos, cujos sentidos das palavras ressoam: assassinos são vistos como médicos, profissão nobre que salva vidas e não as tira a bel-prazer.

No fragmento analisado, é notório como o sujeito-enunciador representa a mídia internacional aliada aos EUA, ao usar de anáforas diretas para recategorizar a CNN: “representante maior da empresa norte-americana”, “maior empresa de *press release* do

2 Ariel Sharon nasceu em um assentamento israelense: [Mandato Britânico da Palestina](#). Seu pai era um judeu de origem [lituana](#) e sua mãe uma judia [russa](#). Os pais de Sharon fizeram parte da Segunda Aliá, um movimento [sionista-socialista](#) com orientação secular. Sharon foi importante para a criação do *Likud*, partido liberal de centro-direita, em julho de 1973. O *Herut*, o Partido Liberal e outros setores independentes foram incorporados ao *Likud* e Sharon tornou-se coordenador da campanha para as eleições, marcadas para novembro do mesmo ano. Todavia, duas semanas e meia depois do início da campanha eleitoral, eclodiu a [Guerra do Yom Kippur](#) e Sharon foi chamado para comandar as forças militares. Em dezembro de 1973, Sharon foi eleito para [Knesset](#) (Parlamento), mas um ano depois, cansado da vida política, renunciou. Sharon exerceu o cargo político de primeiro-ministro de Israel de 2001 a 2006. (Documentário: “Israel e os árabes: 50 anos de guerra”).

mundo”, “a imagem do Big Brother de Orwell”.³ RCA1 retoma, pela memória discursiva, o livro de George Orwell (*1984*), cuja publicação gerou polêmica, pois o socialismo despontava denunciando a manipulação de informações que o governo totalitário exercia para controlar, apaziguar ou subjugar o povo.

Por meio dessas recategorizações, ecoa o efeito de sentido de que, com a imprensa internacional, a CNN, ocorre o mesmo: esta é manipulada pelo governo dos EUA. Quando islâmicos são mortos pelas invasões norte-americanas, ou seja, “a população civil do Iraque é atacada por americanos durante o mês sagrado do Ramadã”, ou “uma indústria farmacêutica no Sudão é destruída”, cabe matéria extensiva e com citações dos culpados, os islâmicos. Em “inunda o mundo com o inexplicável”, emerge o efeito de espetacularização discutido por Gregolin (2003). Ao contrário, quando se trata de americanos que destroem os aviões de inocentes islâmicos, as matérias são bem curtas, como se pode observar no trecho “Se os americanos derrubam um avião civil egípcio, assassinando mais de trezentos passageiros, vale uma nota de duas linhas”.

Mais uma vez, evocamos Bakhtin (1992), para quem a ideologia é um conjunto de interpretações da realidade social, natural dos reflexos que o sujeito armazena em seu cérebro e se expressa por meio de palavras ou outras formas sócio-culturais. Mesmo dizendo ser imparcial, a mídia carrega uma ideologia para manter sua posição. As práticas discursivas da construção do real produzidas pela mídia são carregadas de força e perigo, pois elas são a “dessubjetivação” da história: identidades são negociadas por meio da fusão entre idéias do passado e sua restauração na atualidade. (GREGOLIN, 2003).

Nesse aspecto, segundo Foucault (1979, 2004, 2005), se há saber há poder: o discurso midiático se desenvolve nas entrelinhas do poder, permite conhecer determinados saberes e não outros sobre seu objeto de informação.

No recorte analisado, pudemos observar como a revista *Caros Amigos* (des)constrói a imagem dos EUA. Assim, contrariamente à representação do sujeito-jornalista de *Caros Amigos*, o sujeito-enunciador da Revista *Veja*, de 19 de setembro de 2001, p.58, tece uma representação negativa do fundamentalismo, como podemos constatar no excerto a seguir (RV1):

RV1: [...] “É preciso também eliminar os santuários, os sistemas de apoio e acabar com os Estados que patrocinam o terrorismo” [...]. Como a nação mais poderosa do planeta pode proteger-se das atrocidades terroristas? - subsecretário de Defesa, Paul Wolfowitz [...]. (*VEJA*, 2001, p. 50). Só se pode imaginar como será travada a guerra da superpotência contra terroristas que escondem nos grotões do Terceiro Mundo. Com o fim das ideologias e depois dos atentados, o planeta está agora obcecado pela segurança. (*VEJA*, 2001, p. 53). [...] O universo dos fundamentalistas é aquele em que se queimam livros, se proíbem filmes e música. As mulheres são cobertas de véus e devem submissão ao

3 Segundo George Orwell, pseudônimo adotado pelo autor inglês Eric Arthur Blair, que publicou o livro *1984* (em inglês: *Nineteen Eighty-Four*), considerado um romance distópico clássico por se referir à ação totalitária, assim como às tentativas de um governo em controlar ou manipular a informação com o propósito de controlar, apaziguar ou até subjugar a população. [...] Desde a publicação do romance, o termo “orwelliano” tem-se tornado uma espécie de bordão para qualquer tipo de excesso ou desonestidade governamental e, portanto, tem múltiplos significados e aplicações. A frase *Big Brother is Watching You* (“O Grande Irmão está te observando”) conota especificamente a vigilância invasiva frequente. Disponível em: www.estadao.com.br/.../impresso,o-big-brother-de-orwell-ainda-esta-de-olho-em-voce,383508,0.htm. Acesso em: 30.ago. 2011.

poder masculino. Os fundamentalistas usam Deus como desculpa para todas as coisas – inclusive as mais terríveis atrocidades, como as cometidas em Nova York e Washington”. O fundamentalismo islâmico é, em boa medida, a manifestação de uma elite que exerce sobre seus povos uma tiranía milenar, baseada na religião e nos costumes imutáveis. A oposição à globalização já existia como fenômeno ambientalista, de minorias, das ONGs e dos sindicatos. Agora também deve levar em conta essa nova compilação: o Islã como fonte de preocupação para a paz mundial. A globalização incomoda a turma do turbante pela modernidade que traz no bojo. (VEJA, 2001, p 58). [...] O CHE GUEVARA DO ISLÃ. O saudita Osama bin Laden, provável mentor de uma tragédia anunciada, é a encarnação do mal para os americanos. Mas boa parte do mundo muçulmano o considera um ídolo. (Revista *Veja*, edição de 26 de setembro de 2001, páginas 60 e 61, citadas pela Revista *Caros Amigos*⁴, p. 27, grifos nossos)

O fundamentalista é representado pelo sujeito-enunciador de RV1 como aquele que repudia a modernidade, terrorista, como se observa nos trechos “queimam livros, proíbem filmes e música, as mulheres usam véus e devem submissão ao poder masculino”, e que justifica seus atos cruéis pela religião, como sendo obra divina. O sujeito jornalista tenta silenciar as vozes, os dizeres presentes no Alcorão, dar outro efeito de sentido (contraditório à doutrina islâmica), subverter os ensinamentos ali contidos em face dos avanços da humanidade.

Se, no entanto, buscarmos o que diz o Alcorão, veremos que o sujeito jornalista de RV1 manipula os fatos, numa tentativa de legitimar seu discurso, de forjá-lo como sendo verdadeiro. No Alcorão, segundo Haddad (1994), a doutrina coloca o homem e a mulher em igualdade;⁵ ambos têm obrigações e responsabilidades morais e religiosas. Além disso, os discursos em RV1 sobre a representação do islâmico tirano, de costumes imutáveis e capaz de atos bárbaros, não são compatíveis com a doutrina islâmica, que entende que cada ser humano é responsável por seus atos.⁶ Conforme o Alcorão, nenhum islamita pode lutar contra outros muçulmanos ou fazer alguma aliança com não muçulmanos que seja voltada contra os muçulmanos. As expressões “submissão da mulher”, “queima de livros”, “exerce tirania”, aspectos marcantes do fundamentalismo islâmico (terrorista), que são condenáveis, reforçam a ideologia da revista, porque expressam seus valores e sua subjetividade, corroborando, assim, o que diz Pêcheux (1988): são as estratégias linguístico-discursivas que garantem a investigação das condições de produção, pois os sentidos são (re)configurados pelos sujeitos sociais, que, segundo Guerra (2010), são agentes históricos de determinadas práticas discursivas, que ressoam, no silenciamento discursivo, indícios das relações de continuidade que os enunciados estabelecem com a memória discursiva.

4 Tentamos mostrar aqui, que os discursos de *Veja* são retomados em *Caros Amigos*, como uma forma de contradiscurso e como a negação do outro. Ou seja, esses enunciados foram publicados em *Veja* e foram republicados pela *Caros Amigos*.

5 “Deus investiu de dignidade o homem e a mulher e os fez coletivamente, seus administradores na Terra (ALCORÃO 17:70 e 2:30). “O marido é responsável pela manutenção e proteção da família, dentro de um quadro normativo de consulta recíproca” (ALCORÃO 2:233) e afeto (ALCORÃO 4:19). “A mulher, antes e depois do casamento, é livre para vender, comprar, contratar e dispor de forma independente de seus direitos de propriedade”.

6 “O único fundamento da superioridade de um sobre o outro é a retidão e o temos a Deus, não o gênero, a cor ou a nacionalidade” (ALCORÃO, 49:13. In: HADDAD, J. A. *O que é islamismo*. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994).

Nesse sentido, segundo Orlandi (1998), o silêncio fundador que existe nas palavras significa o não dito, necessariamente excluído. O efeito de silenciamento que o discurso religioso produz sobre a ordem do político está imbricado no outro, na história, na memória, nos já ditos. Como podemos observar, recorrendo à memória, o silêncio no discurso do jornalista está em que o fundamentalismo religioso foi gerado no protestantismo estadunidense, não sendo, então, uma criação islâmica, mesmo que esta seja comum entre os fundamentalistas.

O sujeito-enunciador de RV1 omite/silencia que Adolf Hitler e o Tribunal da Santa Inquisição queimaram livros. É o saber-poder que o sujeito de RV1 exerce. O poder, segundo Coracini (2007 [1991, 2003]) cria regras de conduta que acabam camuflando os múltiplos “pontos de vista” responsáveis pelas contradições e conflitos que podem provocar mudanças internas e externas. E o discurso midiático é uma prática discursiva que opera nas várias dimensões temporais e que se “ancora no presente, seleciona, propaga os acontecimentos e os preceitos ideológicos, legitimando-os como memória, como história regional, local” (GUERRA, 2010, p. 69).

O sujeito enunciador de RV1 recategoriza o fundamentalismo ao qualificá-lo não como prática vinculada à religião (ou não apenas isso), mas, sobretudo, como prática política capaz de desestabilizar a paz mundial: “fundamentalismo islâmico”, “santuários”, “sistemas de apoio”, “Estados”, “terrorismo”, “universo terrorista”, “terroristas dos grotões do Terceiro Mundo”, “manifestação de uma elite”, “tirania milenar”, “minorias”, “fonte de preocupação para a paz mundial”. Ademais, especialmente em “turma do turbante”, há uma generalização que ironiza até os costumes “sociais” do povo islâmico, suas vestimentas típicas, atingindo o islamismo em seu todo e os fundamentalistas de todas as diversas ramificações “religiosas”: passivas, moderadas e radicais/extremistas. Assim RV1, por meio de sua ideologia induz o sujeito leitor a crer que todos, sem distinção de nenhum adepto, são contraditórios à modernidade, são terroristas, atrasados, bárbaros e fanáticos pela religião.

Pensando nessa ideologia que RV1 leva seu leitor a crer que não há divisões/ramificações no islamismo, buscamos em Authier-Revuz (1990) justificar tal atitude, pois segundo a autora há sempre, por trás de uma aparente linearidade da emissão ilusória de uma única voz, outras vozes que falam. É na materialidade linguística que se vai constituir o processo de heterogeneidade e a representação que o sujeito faz de si, do outro e do referente sobre o qual se pronuncia. Nessa perspectiva, parecem fazer sentido as palavras de Lipovetsky (2007 [2006]): houve uma perda de confiança nas instituições sociais e políticas e uma generalização da indiferença dos acontecimentos a nossa volta, pois a “consagração e descrédito da democracia” concentra-se na esfera pública, em especial na política. Como se a política exercida por todos nós, cidadãos, estivesse ligada ao comportamento consumista. Pode-se dizer que a democracia vigente está marcada por uma “dinâmica dos direitos humanos, da globalização liberal e da influência da mídia” (LIPOVETSKY, 2007 [2006], p. 43).

Assim, RV1 desestabiliza e mobiliza vozes e a própria história, mostrando que o islâmico faz parte de uma cultura que recusa a modernidade, a tecnologia e, assim, silencia-o, utilizando-se do discurso do mais “forte”, do país que aparenta ser o mais “civilizado”, “dominador” e “detentor do poder e do saber”. Isso nos leva a entender que a democracia está atrelada aos direitos humanos do mais “forte”, aos direitos econômicos e políticos, e não aos direitos humanos do cidadão individual.

Os discursos utilizados pelos sujeitos enunciadorees dos recortes analisados argumentam a favor dos EUA, tentam manter sua imagem positiva e “provocar repulsa e ativar preconceitos contra os povos islâmicos sem explicar ao seu leitor as nuances do rito” (FIGUEIREDO, 2008, p. 7).

Nessa perspectiva, Souza (2003, p. 95-96) comenta a existência de sociedades periféricas, em que se inclui a muçulmana (o islamismo), cujos pressupostos são fundados na religião e na hierarquia do poder capitalista, ou em outros “procedimentos de exclusão”: a interdição, a separação e a rejeição (FOUCAULT, 2005, p. 9-10), tal como observa-se nesses enunciados, a sociedade muçulmana foi interdita, rejeitada e separada do mundo ocidental, sob a “alegação” de ser contrária à modernidade, às tecnologias, porém, tal como afirma Figueiredo (2008), “sem conhecimento das novas tecnologias uma ação como a de 11 de setembro de 2001 seria inviável”.

Nesse sentido, ainda, buscamos em Coracini (2007), compreender essa representação criada pelo jornalista em relação ao islâmico, pois para a autora, a identidade é interpretação de si – pelos outros e por si – e do outro – por si e pelo outro –, e traduzir é interpretar; logo, analisar o discurso de si e do outro é também interpretar. A identidade do sujeito é decorrente de ressignificações multifacetadas provocadas pelo estranhamento da presença do outro ou de outros, desestabilizando, deslocando a própria subjetividade. O jornalista, ao denegar os islâmicos, constitui-se por meio deste. Inscrito em formação discursiva religiosa, o jornalista da *Veja* busca, pelo interdiscurso/memória discursiva, atribuir credibilidade à reportagem, porém seu discurso produz, pelo “esquecimento”, efeito de generalização, provocando a réplica do sujeito leitor ou do outro: não se mostra a diversidade interna da religião de Maomé: radicais islâmicos, sunitas, xiitas, Alá, ocidentais e cristãos, não terroristas e terroristas.

Diante do exposto, verifica-se que o sujeito enunciador não se mantém imparcial. A ideologia da Revista está explícita nas escolhas linguístico-semânticas, especialmente nas formações discursivas religiosas, que elevam os americanos e EUA em ascensão e o Islã em posição inferior. A Bíblia, o cristianismo e a doutrina de Jesus são concebidos como superiores ao Alcorão, ao islamismo e à doutrina de Maomé. O sujeito enunciador busca argumentar em defesa de Bush criando, para os Estados cristãos, uma imagem positiva, contrariamente aos estados teocráticos, no caso os islâmicos. Reportamos à memória discursiva para melhor compreender os discursos, porque o sujeito fala como fala buscando na história, no passado, os discursos religiosos (mesmo embora o jornalista pareça estar consciente do que está dizendo). Melville (autor da obra literária *Moby Dick*) expressou: “somos o povo peculiar, escolhido, o Israel de nosso tempo. Carregamos a arca da liberdade do mundo”. Tal afirmativa inspirou Bush no combate ao terrorismo: “Deus me disse para atacar a Al Qaeda, e eu ataquei. Então ele me deu a ordem de atacar Saddam, e foi isso que fiz”.

Ancorado no discurso religioso, Bush justificou os atentados de 11 de setembro de 2001 como sendo “diabólicos” e assim pôde atacar os “bárbaros” sem que fosse culpado por assassinatos de inocentes e tendo a imprensa a seu lado: a nacional e a internacional. Um desses veículos foi a *Veja*, que, na análise de Figueiredo (2008, p.14), construiu o seu discurso sobre o mundo islâmico sinalizando o preconceito e trazendo desinformação para o leitor ao retratar de modo míope e parcial toda uma manifestação cultural. A revista *Veja* construiu seu centro argumentativo sobre os pilares da “forma que desinforma”. Tal evidência é marcada pela generalização dos povos muçulmanos (todos são terroristas)

e não há esclarecimentos a respeito de que os terroristas são membros de organizações minoritárias (FIGUEIREDO, 2008, p. 14-15).

Além disso, a identidade do sujeito está intrinsecamente ligada à memória, aos saberes, às tradições que se transformam e que só retornam se tiverem sido esquecidos (CORACINI, 2007, p. 16). Ainda, nas palavras da autora o “desprezo de uma cultura em relação à outra finca as colunas do pensamento fundamentalista”, podemos dizer que os americanos também são fundamentalistas, pois, em seus discursos sobre a cultura islâmica, “endossados” pela mídia, há sempre um tom de desprezo. O sujeito, ao reconstruir “verdades” conservadas e disseminadas pela sociedade, cai na ilusão de que as palavras são exclusivamente suas, todavia elas “são suas e do outro” (CORACINI, 2007, p. 24). Nota-se, nos discursos de RV1, que a *Veja* faz uma representação do povo islâmico utilizando-se de discursos negativos que o marginalizam, que o colocam como sub-humanos que vivem em grutas, em lugares profundos nas cavernas, na escuridão, afastados como bandidos, isolados do mundo por serem perigosos. Fato que corrobora a preservação da imagem norte-americana, mesmo diante da vulnerabilidade da maior potência.

Em relação à representação do povo islâmico, em RV1, pode-se perceber “ângulos” diferentes. Se considerarmos, nesses discursos da *Veja*, a posição que ela ocupa no âmbito político-social, Osama Bin Laden é o “terrorista” porque é islâmico. Nessa perspectiva, o jornalista de *Veja* imprime sua ideologia, pois podemos dizer que as identidades sociais são fabricadas por meio da linguagem; é a partir do papel que desempenha essa linguagem nas lutas pelo domínio e controle da representatividade e legitimação do discurso do Estado que as relações de poder vão demarcar as posições ocupadas pelos sujeitos (GUERRA, 2010). Vale dizer, tal como Castells (2008), que se faz necessário admitir que a identidade de um povo seja construída tendo por base sua história, geografia, biologia, memória coletiva, instituições produtivas e reprodutivas, fantasias pessoais, aparatos de poder e relações de cunho religioso.

Como podemos ver, na construção do(s) discurso(s), o sujeito-enunciador de *Veja* segue a mesma linha discursiva da *Caros Amigos*: as duas revistas usam estratégias argumentativas bem parecidas: usam o discurso direto, as aspas, retomam discursos de outros para dar autoridade ao que está sendo dito, recorrem à memória discursiva, à história, fazem recortes (escolhas) de enunciados que corroborem o que está sendo afirmado. A diferença está no posicionamento, na “ideologia”: enquanto a primeira produz uma imagem positiva do povo americano – cristão, patriota, “moderno”, não radical, vítima do Mal –, em contraposição a uma imagem negativa do islâmico – não cristão, fanático, fundamentalista, cruel, “antigo”, não patriota, agente do Mal –, a segunda desconstrói essa imagem ou a desloca pela inversão.

Desse modo, observamos, em RV1, a presença do discurso direto, marcado pelas aspas: “É preciso também eliminar os santuários, acabar com os Estados que patrocinam o terrorismo”, que marcam uma imagem positiva dos EUA, de vítima, diferentemente da imagem construída pelo jornalista de *Caros Amigos*, que a desconstrói e exime os islâmicos da culpa. Por criticar posicionamentos fundamentalistas, o enunciador de *Veja* não pode “defender” atitudes ou ações radicais (porque fugiria à ordem do discurso em que se inscreve) e, portanto, pelo uso das aspas, marca os limites entre o seu dizer e o dizer do outro, eximindo a si e à Revista da responsabilidade pelo dizer radical, marcado por “eliminar

santuários” e “acabar com”. Esse enunciado remete-nos à memória discursiva: ao ditado popular: “é preciso cortar o mal pela raiz” e à lei do “olho por olho; dente por dente”.

Importa mencionar também que por meio da denegação, o sujeito-enunciador se constitui, quando compara Osama Bin Laden com Che Guevara, pois deixa escapar lapsos, silencia em seu dizer (a referência ao “lendário” e ambíguo Che Guevara, revolucionário comunista argentino-cubano): assim como os cubanos consideram, equivocadamente (“mas”), Guevara um ídolo (este que não era exemplo para ninguém), os islâmicos-muçulmanos consideram Osama Bin Laden como tal; é a contradição entre os discursos que permite atestar isso (FOUCAULT, 1979). Portanto, podemos dizer que os jornalistas articulam, cada um a “seu desejo”, pontos de vista diferentes, seguindo um “fio ideológico”, buscando, por meio de seus discursos de “verdade”, representar os fatos. Assim, a revista *Veja* mostra uma imagem positiva do norte-americano e negativa dos islâmico-muçulmanos, enquanto a revista *Caros Amigos* passa uma imagem negativa do norte-americano e desloca os islâmico-muçulmanos para uma posição de igualdade, imagem positiva, num discurso de defesa.

O discurso midiático silenciando posicionamentos e ideologias

As revistas constroem suas narrativas e cartas recorrendo aos diversos saberes para delimitar seu objeto discursivo, a partir da relação estabelecida com o terrorista e o país todo-poderoso (EUA). A identificação da revista *Caros Amigos* é apresentada no desejo do Outro, de um encontro entre esta e um eu, da elisão da pessoa e do lugar. Em outras palavras, a mídia utiliza-se de estereótipos para representar os islâmicos e os EUA de forma simplificada, pois uma representação fixa, una, torna-se uma negação ao jogo das diferenças (essa negação é permitida por meio do Outro). A completude está sempre ameaçada pela falta. Os sujeitos do discurso são construídos dentro de um aparato de poder, que contém um “outro” saber (BHABHA, 1998).

A revista projeta seu discurso como uma forma defensiva de guerra: signos de resistência espetacular. As palavras da revista *Veja* projetadas sobre os EUA tornam-se, aparentemente, o lugar do hibridismo, *lócus* em que convivem o signo bélico, o nativo, de um lado, e os islâmicos, os subalternos, o outro estrangeiro, reunidos na diáspora: contratados, migrantes, refugiados, dispersos de seus mitos. Dessa maneira, quando a mídia fala da história de um indivíduo, ela conta a história de uma coletividade (JAMESON, 2001). Nessa perspectiva, a mídia cria uma visão homogênea e horizontal de uma nação, seja como subalterna, seja “elite”, e apaga o tempo duplo e cindido da representação nacional (BHABHA, 1998). Ao estabelecer nações minoritárias, homogeneizar nações inteiras a partir de um único indivíduo, a mídia, enquanto sujeito de representação, segundo Foucault (2006), cria, em suas relações discursivas, conflitos entre povos e passa a ser a detentora de um saber sobre a norma.

Os dados analisados apontam que *Veja* desestabiliza e mobiliza vozes e a história com o “intuito” de mostrar que o islâmico faz parte de uma cultura que recusa a modernidade, a tecnologia e, assim, silencia-o, utilizando-se do discurso do mais “forte”, do país que demonstra ser o mais “civilizado”, “dominador” e detentor do poder e do saber. Isso nos leva a entender que a democracia está atrelada aos direitos do mais “forte”, aos direitos econômicos, políticos, apenas, e não aos direitos humanos do cidadão individual.

Essa mesma revista cria um efeito de sentido homogêneo da identidade islâmica: toda pessoa islâmica é terrorista, parafraseando o discurso que está na ordem do sistema (país) dominante. São as formações discursivas arraigadas na memória que vão sustentar as formações ideológicas de um dado momento. Ou seja, a identidade islâmica é criada pelo outro (que detém o discurso legalizador oficial) e torna-se uma “verdade”, a partir dos recortes que a mídia faz desses discursos ditos oficiais, nos quais imprime também sua ideologia, sua subjetividade. Assim, ratificam-se as palavras de Hall (2006): é daquilo que lhe “falta” que toda identidade se constrói, independentemente de que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado. Nesse sentido, a mídia assume um discurso de autoridade, utilizando-se de uma retórica para afirmar a representação de um grupo cultural dominante (EUA) ou de grupos culturais subalternos (os islâmicos), “espetacularizando” a política, a cultura e a religião, por meio de imagens inspiradas no heroísmo ou em resistências, a fim de ludibriar seus leitores, pois a cultura instaurada pela mídia está a serviço do dinheiro (JAMESON, 2001). A mídia, portanto, por deter o poder-saber e o discurso de autoridade, influencia seu leitor, silenciando posicionamentos e ideologias, por meio de uma retórica que cria a ilusão de veracidade dos fatos.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Tradução de Celene M. Cruz e João W. Geraldi. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 19, p. 25-42, jul./dez. 1990.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução de Aurora Fornoni Bernadini et al. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Tradução de Miriam Ávila et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CARDOSO, S. H. B. *Discurso e ensino*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

CAROS AMIGOS. *A guerra de Bush*. ano V, n. 55, de outubro de 2001.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. Vol. II. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. Tradução de Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

CORACINI, M. J. R. F. *A celebração do outro: arquivo, memórias e identidade*. Campinas: Mercado de Letras, 2007 [1991, 2003].

FIGUEIREDO, W. S. *O mundo islâmico no discurso da Veja: diversidade e uniformidade*. 2008. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual Paulista, Bauru. Disponível em: www.revistaintellecator.cenegri.org.br.

FOUCAULT, Michel. Estratégia, poder-saber. In: MOTA, Manoel Barros da (Org.) *Poder e saber*. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeilda Sampaio. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2005 [1979; 1980; 2002].

_____. *Microfísica do poder*. 19. ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2004 [1979].

_____. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves e Vera Lúcia Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1999 [1972].

GREGOLIN, M. do R. V. *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

_____. *As fadas tinham ideias: estratégias discursivas e produção de sentidos*. 1998. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Ciências e Letras “Júlio de Mesquita”, Unesp, Araraquara.

GUERRA, V. M. L. *O indígena de Mato Grosso do Sul: práticas identitárias e culturais*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

_____. *Práticas discursivas: crenças, estratégias e estilos*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2008.

HADDAD, J. A. *O que é islamismo*. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

JAMESON, F. *Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2001 [1997].

LIPOVETSKY, G. *A sociedade pós-moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos*. Tradução de Armando B. Ara. Barueri: Manole, 2007 [2006].

ORLANDI, Eni. P. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 2005.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 3. ed. São Paulo: Pontes, 2001.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni P. Orlandi. 2. ed. Campinas: Pontes 1990.

SOUZA, J. *A construção da subcidadania: para uma política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SOUSA, C. P. M. *Discurso e mídia: o mote do desarmamento em Veja e Isto É*. 2008. Dissertação (Mestrado) – UFMS, Três Lagoas, MS.

VEJA, O império vulnerável. Edição 1718, ano 31, n. 37. Abril. 19/09/2001.